



Relatório e Contas

30 junho 2026

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

SAM Carteiras Conservador

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1.1. Enquadramento macroeconómico	3
1.2. Política de investimento	8
1.3. Divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (sfdr)	8
1.4. Evolução das unidades de participação	9
1.5. Performance	9
1.6. Custos e proveitos	10
1.7. Demonstração do património	10
1.8. Evolução dos ativos sob gestão	11
1.9. Valorimetria	11
1.9.1. Valores mobiliários	11
1.9.2. Instrumentos do mercado monetário	13
1.9.3. Instrumentos derivados	13
1.9.4. Câmbios	13
1.10. Remunerações atribuídas	14
1.11. Política de voto	14
1.12. Erros de valorização	15
1.13. Eventos subsequentes	15
2. Relatório de Auditoria	16
3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador referente ao período findo em 30 de junho de 2026	20
4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador referente ao período findo em 30 de junho de 2026	23
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador referente ao período findo em 30 de junho de 2026	25
6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026	27

1. Relatório de Gestão

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O início do semestre ficou marcado por um contexto geopolítico exigente, com impacto relevante nos mercados financeiros. Janeiro arrancou com a detenção do Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por forças norte-americanas, o que levantou preocupações quanto ao mercado petrolífero, tendo em conta que a Venezuela detém cerca de 17% das reservas globais, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE). Ainda assim, a reação dos mercados foi limitada, focada em ativos venezuelanos e algumas empresas de energia nos EUA.

Mais tarde, a crescente especulação sobre um possível ataque dos EUA ao Irão levou o *Brent* a terminar janeiro acima dos 70 dólares por barril. Declarações de Donald Trump — incluindo o cancelamento de contactos diplomáticos a 13 de janeiro, notícias sobre movimentações na base militar de Al Udeid no Qatar e, mais tarde, a referência a uma “armada maciça” a dirigir-se ao Irão — sustentaram a subida. No final do mês, o *Brent* acumulava uma valorização de +16,2%, o maior aumento mensal desde janeiro de 2022.

Outro foco de tensão foi a Gronelândia. Após Trump ter afirmado, a 14 de janeiro, que os EUA necessitavam da região por razões de segurança nacional, seguiu-se a ameaça de tarifas de 10% sobre vários países europeus a partir de 1 de fevereiro (subindo para 25% em junho), caso não fosse alcançado um acordo. Este enquadramento levou a um movimento de aversão ao risco, com o S&P 500 a recuar -2,1% numa sessão. Contudo, a 21 de janeiro, Trump recuou nas tarifas e referiu progressos num enquadramento de acordo, permitindo uma recuperação dos mercados. O S&P 500 voltou a máximos históricos a 27 de janeiro e encerrou o mês com um ganho +1,4%.

A Fed esteve também sob atenção, após o início de uma investigação criminal pelo Departamento de Justiça dos EUA, reacendendo preocupações quanto à independência do banco central. Este contexto favoreceu os metais preciosos, com o ouro a valorizar +13,3% em janeiro, o melhor desempenho mensal desde setembro de 1999. O metal atingiu um máximo intradiário histórico de 5.595 dólares por onça a 29 de janeiro, antes de corrigir para 4.894 dólares no final do mês, incluindo uma queda diária de -8,95% a 30 de janeiro. Em paralelo, o índice do dólar recuou -1,4% em janeiro, registando a maior queda em quatro dias desde abril do ano passado, estabilizando posteriormente após a reafirmação da política de “dólar forte” pelo Secretário do Tesouro dos EUA.

Apesar da volatilidade, os ativos de risco apresentaram um desempenho positivo, apoiados por dados económicos robustos. Nos EUA, o ISM dos serviços subiu para 54,4 pontos (máximo de 14 meses) e a taxa de desemprego recuou para 4,4%. Na Zona Euro, a inflação ficou abaixo do esperado, reforçando expectativas de cortes de taxa adicionais pelo BCE, enquanto o crescimento do 4.º trimestre surpreendeu em alta (+0,3%). Assim, a maioria dos principais índices acionistas globais terminou o mês em terreno positivo.

No Japão, o anúncio de eleições antecipadas levou a uma subida acentuada das *yields*. A *yield* da obrigação a 30 anos atingiu 3,86% a 20 de janeiro (máximo histórico), encerrando o mês em 3,63%, enquanto a *yield* a 10 anos chegou a 2,35% (máximo desde 1999) e terminou em 2,24%. Apesar do recuo final, as subidas mensais foram significativas (+24 pb e +18 pb, respetivamente). O Banco do Japão manteve as taxas inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo.

Em fevereiro, os mercados financeiros registaram, em geral, um desempenho positivo, sustentado por dados macroeconómicos resilientes, apesar de elevada volatilidade geopolítica e política. A escalada de tensões no final do mês, com o início de ataques dos EUA e Israel ao Irão a 28 de fevereiro, não se refletiu totalmente na performance mensal, embora a antecipação desses eventos tenha impulsionado o petróleo.

No plano geopolítico, a especulação em torno do conflito no Irão levou o *Brent* a subir 2,5% para 72,48 \$/barril, atingindo um máximo de sete meses. Em paralelo, o Supremo Tribunal dos EUA considerou inconstitucionais parte das tarifas impostas ao abrigo do *International Emergency Economic Powers Act* (IEEPA), levando à introdução de uma tarifa global de 10% por 150 dias, aumentando a incerteza comercial.

Em termos macroeconómicos, os dados dos EUA surpreenderam positivamente: o relatório de emprego de janeiro mostrou a maior criação mensal de postos de trabalho desde dezembro de 2024 (+130 mil), e o *ISM* indústria atingiu o nível mais elevado desde 2022. Contudo, a inflação PCE acima do esperado reduziu a probabilidade de um corte de taxas pela Fed até junho (de 87% para 64%), contribuindo para ajustamentos nas expectativas de política monetária.

Ao nível das classes de ativos, destacou-se o forte desempenho dos metais preciosos: o ouro subiu 7,9% (7.º mês consecutivo de ganhos, o melhor ciclo desde 1973) e a prata valorizou 10,1%. As obrigações soberanas também beneficiaram, com a *yield* dos *Treasuries* a 10 anos a cair 30 pb (para 3,94%), a maior descida mensal em um ano, proporcionando um retorno de 1,9%. Na Europa, as *yields* alemãs recuaram 20 pb.

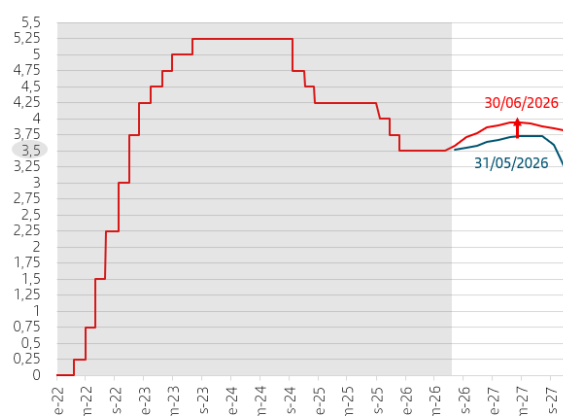
Nas ações, verificou-se uma divergência regional. O STOXX 600 subiu 3,9% (oitavo mês consecutivo de ganhos) e o Nikkei avançou 10,4% para novo máximo histórico. Já o S&P 500 caiu 0,8%, penalizado pela queda de 7,3% das "Magnificent 7" e de 8,9% no setor de software, num contexto de novas ferramentas de IA e resultados da Nvidia abaixo das expectativas mais elevadas. Entre os ativos mais penalizados estiveram ainda o gás natural nos EUA (-34,3%) e a Bitcoin (-14,7%).

Globalmente, fevereiro combinou resiliência económica, forte performance fora dos EUA e crescente incerteza geopolítica, num enquadramento de ajustamento das expectativas quanto à política monetária.

Março foi dominado por um choque energético e inflacionista, desencadeado pela escalada do conflito no Irão, o que levou a uma forte reavaliação de risco nos mercados globais.

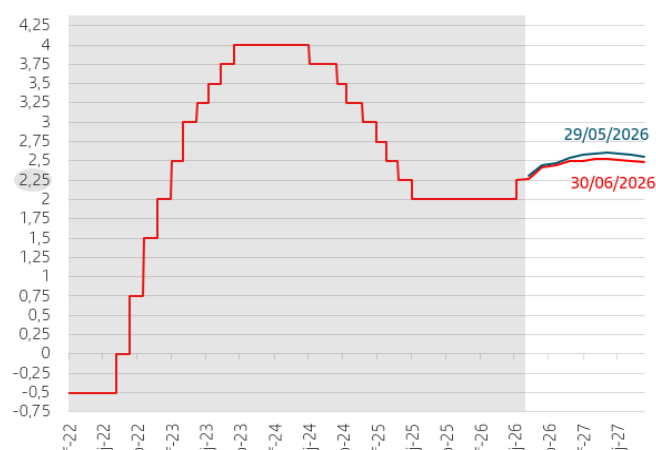
Os preços do petróleo registaram subidas históricas, com o Brent a aumentar 63,3% para 118,35\$/barril e o WTI 51,3% para 101,38\$/barril. Em resposta à disrupção da oferta, a AIE anunciou a 11 de março a libertação de 400 milhões de barris de reservas estratégicas, sublinhando a magnitude do choque.

Fed: Expectativas sobre a taxa Fed Funds (limite inferior)



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

BCE: expectativas da taxa Depo com base nos Forwards €STRN



Fonte: Bloomberg e cálculos SAM 30/06/2026

O impacto desse aumento foi imediato nas expectativas de inflação e política monetária. Nos EUA, o *swap* de inflação a 1 ano subiu para 3,20% (+69 pb) e as *yields* a 10 anos aumentaram 38 pb para 4,32%, o maior movimento mensal desde 2024. A Fed manteve as taxas (3,50%-3,75%) a 18 de março, mas reviu a inflação de 2026 para 2,7%, enquanto o mercado reduziu expectativas de cortes para apenas 7 pb até final do ano.

Na Europa, o movimento foi mais expressivo, com os mercados a anteciparem 71 pb de subidas do BCE até dezembro. O BCE, na reunião de 19 de março, destacou riscos inflacionistas acrescidos e

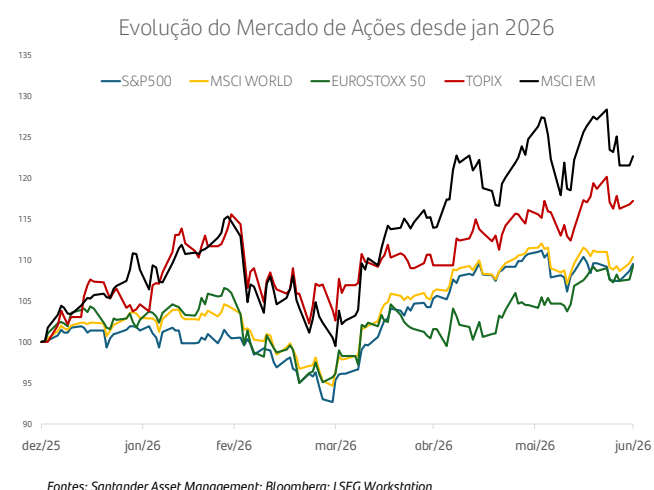
crescimento mais fraco, com projeções de 2,6% de inflação e 0,9% de crescimento.

Este enquadramento acabou por pressionar os ativos de risco. As ações registaram quedas generalizadas nas bolsas globais: O S&P 500 caiu -5,0%, o STOXX 600 -7,5%, e o Nikkei -12,7%. O crédito também corrigiu, com *Investment Grade* EUR a desvalorizar -2,3%, e o *Investment Grade* USD -1,8%. Já o *High Yield* dos EUA desvalorizou -1,0% da Europa -2,5%. Contudo, a subida de *spreads* foi mais contida, apenas 7 bps em IG EUR, mostrando que o movimento foi apenas o risco de subida de taxa e não da solidez das empresas. Na dívida soberana, destacaram-se perdas de -1,8% nas *Treasuries*, -2,0% nos *Bunds* e -4,3% nos *Gilts*.

Nas matérias-primas, o desempenho foi misto: energia em forte subida, mas metais sob pressão, com ouro a cair -11,6%, prata -19,9% e cobre -6,5%, refletindo preocupações com o crescimento económico global. No mercado cambial, o dólar voltou a ser ativo de refúgio valorizando 2,2% face ao EUR, 1,9% face à Libra e 1,7% face ao lene enquanto o índice de moedas emergentes caiu -3,3%.

O conflito no Irão dominou a atenção dos mercados em abril, com os desenvolvimentos geopolíticos a impulsionarem movimentos significativos nos preços de todos os ativos. No início do mês, Donald Trump anunciou uma pausa de 10 dias nos ataques a infraestruturas energéticas, mas, à medida que o prazo se aproximava, aumentavam os receios de escalada. Ainda assim, foi posteriormente anunciada uma suspensão dos ataques por duas semanas, o que impulsionou uma forte recuperação

dos mercados, reforçada por negociações entre os EUA e o Irão. Apesar de não ter sido alcançado um acordo imediato, persistiram expectativas de resolução do conflito. No dia 17 de abril, o otimismo intensificou-se após indicações de abertura do Estreito de Ormuz e progressos nas negociações, levando o *Brent* a cair para 90,38 \$/ barril e o S&P 500 a atingir novos máximos. Contudo, a ausência de avanços concretos e sinais de agravamento das tensões voltaram a pressionar os preços do petróleo na segunda metade do mês, levando o *Brent* a terminar abril em 114,01 \$/ barril, refletindo também a perceção de um conflito mais prolongado. A subida dos preços energéticos reforçou as pressões inflacionistas, com os *swaps* de inflação a 1 ano a subirem tanto nos EUA como na Zona Euro, acompanhados por dados de inflação acima do esperado.



O aumento dos riscos de estagflação levou igualmente a uma revisão das expectativas de política monetária, com os mercados a anteciparem uma trajetória mais restritiva por parte dos bancos centrais. Este enquadramento penalizou a dívida soberana, com *yields* a atingirem máximos de vários anos em várias geografias, incluindo Japão, Alemanha e Reino Unido. Nos EUA, a *yield* a 10 anos subiu para 4,37%.

Apesar deste cenário, os mercados acionistas evidenciaram uma elevada resiliência. O S&P 500 registou uma valorização de +10,5%, o melhor desempenho mensal desde novembro de 2020, enquanto o índice de semicondutores de Filadélfia subiu +38,4%. Nos mercados emergentes, o MSCI EM avançou +14,7%, registando o melhor mês desde novembro de 2022.

Os mercados iniciaram maio a subir, impulsionados pela descida do preço do petróleo e pelas expectativas de um possível fim do conflito. A notícia de que os EUA e o Irão estariam próximos de um acordo preliminar alimentou a esperança de um cessar-fogo e de novas negociações nucleares, levando o *Brent* a recuar de 114 para 100 dólares por barril. O sentimento positivo foi reforçado por dados económicos sólidos nos EUA, com a criação de emprego em abril a superar as expectativas.

Contudo, a meio do mês, o otimismo deu lugar a uma maior cautela. Declarações de Donald Trump classificando a proposta iraniana como "totalmente inaceitável" reacenderam receios de escalada do conflito. Sem avanços concretos para a paz e com

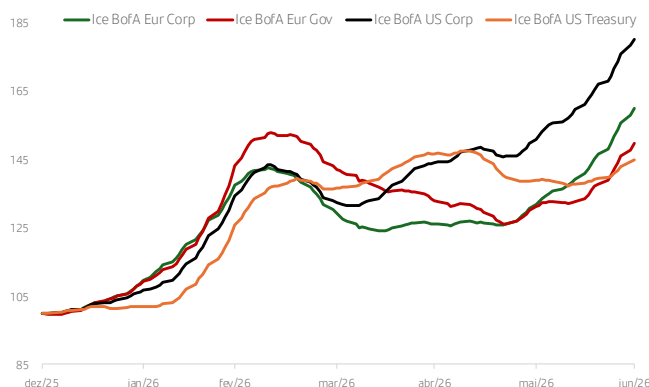
o Estreito de Ormuz ainda bloqueado, o petróleo voltou a subir. Em paralelo, uma leitura mais forte da inflação core nos EUA aumentou as preocupações com pressões inflacionistas persistentes.

Este contexto levou as *yields* das obrigações soberanas a máximos de vários anos. Nos EUA, a *yield* das *Treasuries* a 30 anos atingiu o nível mais elevado desde 2007, enquanto as *yields* da dívida alemã e japonesa também alcançaram máximos de longo prazo. No Reino Unido, a instabilidade política após perdas eleitorais do Partido Trabalhista pressionou inicialmente a dívida pública, embora o mercado tenha recuperado após sinais de compromisso com as regras orçamentais.

Já na reta final do mês, o sentimento voltou a melhorar. Várias notícias indicaram progressos nas negociações entre os EUA e o Irão, incluindo um possível memorando para prolongar o cessar-fogo e retomar o diálogo sobre o programa nuclear iraniano. Estas perspetivas contribuíram para uma nova descida do petróleo, com o *Brent* a encerrar maio nos 92 dólares por barril, o nível mais baixo em mais de um mês. Os mercados terminaram assim o mês em terreno positivo, com o S&P 500 a acumular sete sessões consecutivas de ganhos e a *yield* das *Treasuries* a 10 anos a registar sete quedas seguidas pela primeira vez em mais de um ano.

O mês de junho ficou marcado por uma combinação de incerteza geopolítica e resiliência dos fundamentais macroeconómicos. A renovação das tensões entre Israel e Irão provocou uma subida temporária dos preços da energia durante a primeira metade do mês, antes de um acordo diplomático entre os Estados Unidos e o Irão reduzir os receios de interrupções no abastecimento através do Estreito de Ormuz. Como resultado, o *Brent* terminou o mês em torno dos 73 \$/barril, próximo dos níveis anteriores ao conflito. Apesar de uma queda de 38,4% no segundo trimestre.

Evolução dos Mercados de Obrigações jan 2026



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

	2025	2026e
PIB EUA	2,20%	2,20%
Inflação EUA	2,70%	3,30%
PIB Zona Euro	1,50%	0,70%
Inflação Zona Euro	2,10%	2,80%
PIB Portugal	1,80%	1,90%
PIB Espanha	2,90%	2,30%
PIB China	5,00%	4,60%

Fonte: Bloomberg e cálculos SAM

Nos Estados Unidos, os indicadores económicos continuaram a mostrar-se resiliente, reforçando a expectativa de que as pressões inflacionistas poderiam revelar-se mais persistentes do que anteriormente previsto. A criação média de emprego nos três meses até maio situou-se nos 188 mil postos, enquanto a inflação core permaneceu acima do objetivo da Fed. Na reunião de junho, a Fed manteve as taxas de juro inalteradas, mas adotou um tom mais restritivo sob a liderança do novo presidente, Kevin Warsh, levando os mercados a passar de uma antecipação de cortes de taxas no início do trimestre para descontarem novas subidas até ao final do ano. Neste contexto, as *yields* das treasuries norte-americanas aumentaram, para 4,10% a 2 anos e a 4,37% a 10 anos.

Na Europa, o BCE aumentou a taxa de depósito em 0,25%, para 2,25%, na primeira subida desde 2023, justificando a decisão com o alargamento das pressões inflacionistas. No Japão, o BoJ elevou a taxa diretora para 1,00%, embora o iene tenha continuado a depreciar-se. Em contraste com os Estados Unidos, as obrigações soberanas europeias beneficiaram da descida dos preços da energia e de indicadores económicos mais moderados, com a *yield* da obrigação alemã a 10 anos a recuar para 2,91%.

Os mercados acionistas apresentaram desempenhos diferenciados durante o mês. Na Europa, o STOXX 600 valorizou 2,7%, beneficiando da diminuição das tensões geopolíticas e da resiliência da atividade económica. Já nos Estados Unidos, a volatilidade aumentou à medida que os investidores ajustaram as expectativas para a política monetária, com o S&P 500 a cair -1,0% e o Nasdaq -2,7%, refletindo alguma realização de mais-valias nas grandes empresas tecnológicas. Em contrapartida, outros mercados apresentaram um desempenho robusto, destacando-se o Nikkei 225 (+5,7%). O setor dos semicondutores continuou a beneficiar do investimento associado à inteligência artificial, mantendo-se entre os segmentos com melhor desempenho do mercado.

O dólar norte-americano fortaleceu-se suportado pelo alargamento dos diferenciais de taxas de juro. O EUR/USD depreciou cerca de 1,8%, terminando próximo de 1,14, enquanto o iene continuou a enfraquecer, apesar do endurecimento da política monetária japonesa.

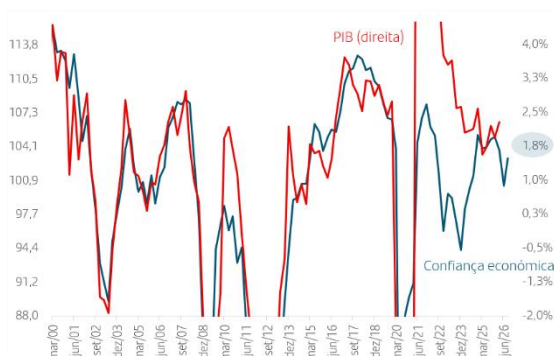
No mercado das matérias-primas, a dissipação do prémio de risco geopolítico e a subida das taxas de juro reais pressionaram os metais preciosos fazendo o ouro recuar 11,7%.

Embora a resiliência da atividade económica continue a suportar os resultados empresariais, a persistência da inflação e a postura mais restritiva dos bancos centrais dominou as atenções do semestre.

Economia Portuguesa

Em junho de 2026, a economia portuguesa mostra uma melhoria gradual do clima de confiança após a deterioração provocada pelas tensões geopolíticas e pelo encarecimento da energia durante os meses anteriores. A recuperação dos indicadores de sentimento empresarial e dos consumidores sugere que o impacto mais intenso do choque externo começa a dissipar-se, colocando novamente Portugal entre as economias com melhores níveis de confiança da Zona Euro. Este comportamento

Portugal: confiança económica e PIB (YoY)



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

continua a ser compatível com um crescimento positivo da atividade, embora previsivelmente mais moderado do que em exercícios recentes. A evolução da confiança é especialmente relevante porque condicionará a capacidade do setor privado de transformar expectativas mais favoráveis em maiores decisões de investimento e contratação, um aspeto-chave para sustentar o crescimento num contexto europeu ainda marcado por uma procura externa contida.

De uma perspetiva estrutural, a economia portuguesa continua apoiada em fundamentos relativamente sólidos, especialmente pela solidez financeira das famílias e por uma posição orçamental que continua a destacar-se favoravelmente face à maioria dos países da

união

monetária. No entanto, o principal foco de vulnerabilidade concentra-se no setor empresarial, cuja necessidade de financiamento permanece elevada.

Esta circunstância poderá limitar a capacidade de investimento se as condições financeiras continuarem restritivas ou se a incerteza internacional voltar a aumentar. Neste contexto, a combinação de uma recuperação da confiança com uma melhoria progressiva da situação financeira das empresas será determinante para consolidar um crescimento sustentável. Convém acompanhar, além disso, a

Portugal: posição de credor/devedor líquido do setor privado, em percentagem do PIB



Fontes: Santander Asset Management; Bloomberg; LSEG Workstation

evolução dos custos de financiamento e da procura turística, dois fatores que continuarão a condicionar o comportamento da economia portuguesa durante os próximos trimestres.

No que diz respeito à dívida pública de Portugal, teve um comportamento ligeiramente negativo face à Alemanha, embora melhor face a outros países. Em qualquer caso, os níveis continuam estreitos e próximos de mínimos históricos.

Depois de vários meses de recuo devido ao conflito, os indicadores de confiança de Portugal, tanto empresarial como dos consumidores, registaram em junho alguma recuperação. Desta forma, o nível atual do indicador de Sentimento da Comissão Europeia é consistente com um crescimento do PIB em torno de 1,5% em termos homólogos. A confiança em Portugal volta a estar ligeiramente acima da média.

A posição financeira das famílias é saudável, ao mostrar capacidade de financiamento. A do setor público encontra-se próxima do equilíbrio e é uma das mais sólidas da Zona Euro, uma vez que a maioria dos países apresenta défice. O que está por melhorar é a situação financeira das empresas, claramente deficitária, em torno de 4% do PIB e a mais elevada entre os países da Zona Euro.

Fonte Comentário global: Deutsche Bank Macro Research – Early Morning Reid – Performance review – January to June; Refinitiv LSEG Workstation

Fonte Economia Portuguesa:

SAM; LSEG Workstation; Bloomberg

Banco de Portugal, Boletim Económico — julho 2026

1.2. Política de Investimento

De acordo com os objetivos definidos, a política de investimento segue uma perspetiva de médio-longo prazo, investindo maioritariamente em obrigações de emitentes de mercados desenvolvidos. Tanto a estratégia como a alocação de ativos, são realizadas com base em análises macroeconómicas e dos fundamentais, investindo em ativos que oferecem um maior potencial de valorização em termos relativos. Do ponto de vista geográfico, a exposição do fundo encontra-se, principalmente, em França (21%), Países Baixos e Estados Unidos (12% cada), Espanha (9%) e Alemanha (8%). Por setores, a maior exposição é ao setor Bancário, que representa 30% do fundo, seguido de Utilities (14%), Bens de Consumo (9%) e Retalho e Telecomunicações, ambos com 6%. O rating médio da carteira mantém-se em A-. No final do semestre, a maior parte do fundo estava investida em obrigações corporativas e financeiras, todas denominadas em Euros, não existindo, portanto, risco cambial.

Do ponto de vista do mercado, o primeiro semestre de 2026 caracterizou-se por pelo desempenho positivo das obrigações, tanto governamentais como corporativas, num contexto marcado por episódios de elevada volatilidade geopolítica. A guerra no Irão e o encerramento do Estreito de Ormuz provocaram um aumento temporário da aversão ao risco e dos spreads de crédito, que atingiram o seu pico no final de março. No entanto, a subsequente normalização das tensões e a tomada de posse de Warsh na Reserva Federal contribuíram para estabilizar as expectativas do mercado durante a segunda metade do semestre. Assim, por exemplo, o índice da dívida alemã registou um retorno de 1,16%, o das obrigações investment grade de 1,36% e o de High Yield de 1,90%. A Yield das obrigações de governo alemão a 10 anos começou o ano em 2,86% e encerrou o semestre no mesmo nível. Em termos de spreads de crédito, os dos emitentes com rating investment grade mantiveram-se inalterados nos 78 pontos base, enquanto os de high yield também não registaram variação líquida no período, situando-se nos 270 pontos base.

1.3. Divulgação de Informações Relacionadas com a Sustentabilidade no Setor dos Serviços Financeiros (SFDR)

Em 9 de dezembro de 2020 foi publicado o Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

A 10 de abril de 2023, o Fundo SAM Carteiras Conservador modificou a sua Política de Investimento, relativamente à respetiva Categorização SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*). Desde essa data (10 de abril de 2023), o OIC passou a promover características ambientais e/ou sociais, enquadrando-se na classificação do Artigo 8º Regulamento (UE) 2019/2088.

A divulgação sobre a promoção de características ambientais ou sociais e dos investimentos sustentáveis irá constar nas "Divulgações relativas ao regulamento de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor de serviços financeiros (NÃO AUDITADO)" em anexo ao relatório anual.

1.4. Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2019	5 014 110	5,0391
2020	3 833 779	5,0806
2021	4 263 865	5,0478
2022	3 025 404	4,4507
2023	2 706 593	4,7742
2024	2 531 206	4,9572
2025	2 846 919	5,0815

Em 30 de junho de 2026, o valor líquido global do Fundo ascendia a 14 620 065 euros, repartidos por 2 839 810 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,1483 euros.

1.5. Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo nos últimos anos foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco
2020	0,83%	3
2021	-0,65%	3
2022	-11,83%	3
2023	7,26%	2
2024	3,84%	2
2025	2,51%	2

Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2026, a rendibilidade era de 2,31% (dados referentes aos últimos 12 meses) e o indicador de risco SRI era de 2.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sumário de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Nota:

Com a entrada em vigor no início de 2023 do Regulamento (UE) N° 1286/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de novembro de 2014 que pretende harmonizar a informação prestada aos investidores, entre as quais a informação do indicador de risco, este indicador foi, de acordo com os critérios de cálculo estabelecidos, atualizado para um nível de risco 2, conforme consta do Documento de Informação Fundamental (DIF) publicado no site da CMVM.

Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Desde o início do Fundo:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- O fundo suportou comissões de manutenção de saldos de conta entre agosto de 2020 e outubro de 2022, situação que já não se verifica a partir dessa data.

1.6. Custos e Proveitos

Descritivo	2026-06-30	2025-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	238 126	232 266	5 861	3%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	456 360	713 394	-257 034	-36%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	4	34	-30	-89%
Total	694 490	945 693	-251 203	-27%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	35 186	62 194	-27 008	-43%
Comissões e Taxas	18 797	17 666	1 131	6%
Comissão de gestão	14 472	13 587	885	7%
Comissão de depósito	1 809	1 698	111	7%
Outras comissões e taxas	2 516	2 381	135	6%
Perdas em Operações Financeiras	458 420	646 651	-188 231	-29%
Impostos	4 297	4 073	224	6%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	614	616	-2	0%
Total	517 314	731 200	-213 886	-29%
Resultado do Fundo	177 176	214 493	-37 317	-17%

1.7. Demonstração do Património

Descritivo	2026-06-30	2025-12-31
Valores mobiliários	14 201 587	13 982 837
Saldo bancários	225 033	279 799
Outros ativos	507 258	210 731
Total dos ativos	14 933 879	14 473 367
Passivo	313 813	6 781
Valor Líquido do OIC	14 620 065	14 466 586

1.8. Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	14 355 849	96,13%	14 193 012	98,06%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	14 355 849	96,13%	14 193 012	98,06%
<i>Titulos de dívida pública</i>	911 450	6,10%	695 607	4,81%
<i>Outros fundos públicos e equiparados</i>	-	0,00%	-	0,00%
<i>Obrigações diversas</i>	13 444 399	90,03%	13 497 405	93,26%
Total do ativo	14 933 879	96,13%	14 473 367	98,06%

1.9. Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados

1.9.1. Valores mobiliários

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

Ações

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

Fundos de investimento de terceiros

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

Títulos de dívida (obrigações)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1. Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.
2. Junto de *market makers* que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3. Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:
 - Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação

- de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

1.9.2. Instrumentos do mercado monetário

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via *Data License*), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

1.9.3. Instrumentos derivados

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um *market maker* da escolha da Sociedade Gestora;
2. Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

1.9.4. Câmbios

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

1.10. Remunerações Atribuídas

O Montante total das remunerações atribuídas pela SAM no exercício económico findo a 30 de junho de 2026, aos seus 21 (vinte e um) colaboradores, subdivide-se em remunerações fixas e variáveis:

1. A título de remunerações fixas: 578 363 €; e,
2. A título de remunerações variáveis: 164 275 €.

Montante Agregado de Remunerações

O montante agregado da remuneração, discriminado por categorias de colaboradores, é o seguinte:

- Membros executivos dos órgãos sociais (1 colaboradores): 124 375 €;
- Colaboradores cujas atividades tem um impacto significativo no perfil de risco do OIC (1 colaborador): 44 270 €;
- Restantes colaboradores (19 colaboradores): 573 994 €.

As remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da Sociedade. Durante o 1º semestre de 2026 não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

1.11. Política de Voto

No âmbito das suas atividades, a Sociedade tem o dever fiduciário de atuar no melhor interesse dos seus investidores. De acordo com os padrões de mercado, para atingir esse objetivo, um dos aspetos que a SAM leva em consideração diz respeito ao exercício dos direitos de voto, de forma eficaz e responsável.

O Grupo Santander Asset Management dispõe de uma Política de Voto, que foi estabelecida como um marco global de aplicação transversal em todas as entidades do Grupo. A partir deste documento, a SAM SGOIC definiu e fez aprovar a sua própria Política de Voto, atualizada em 2025, pode ser consultada na página web da sociedade em www.santanderassetmanagement.pt.

Esta Política, estabelece as diretrizes a considerar no processo de voto em assembleias gerais de acionistas de sociedades cotadas em que os veículos sob gestão da SAM SGOIC investem. A Política encontra-se alinhada com a legislação aplicável e com os normativos internos voluntários que promovem as melhores práticas, sendo consistente com os objetivos respetivos de cada veículo sob gestão.

A informação necessária para decidir o voto emerge de diversas fontes que incluem a análise interna da SAM e a utilização de serviços de proxy advisors (Institutional Shareholder Services y Glass Lewis). Os serviços de proxy advisors contempla a análise da informação “ASG” de forma a poder incorporá-la nas recomendações de voto com base em modelos e melhores práticas.

Principais números em 2025

A informação detalhada das atividades de voto pode ser consultada na página web institucional da Sociedade em <https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>.

Da mesma forma, no relatório de voto da Sociedade (disponível em <https://www.santanderassetmanagement.pt/documentos/politicas>) são explicados os principais motivos que levaram a sociedade a votar desfavoravelmente (contra) ou a abster-se em algumas ocasiões, sempre alinhados com as melhores práticas, a regulamentação e com os padrões internacionais e locais de referência aplicáveis em cada caso.

1.12. Erros de Valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2026 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

1.13. Eventos Subsequentes

No âmbito do projeto de reorganização do negócio de gestão de ativos do Grupo Santander, foram obtidas as autorizações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e da Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV) para a fusão da Santander Asset Management, SGOIC, S.A. na Santander Asset Management, SGIC, S.A.U., bem como para a subsequente constituição de uma sucursal desta última em Portugal, através da qual passará a ser desenvolvida a atividade de gestão de ativos no mercado português.

A implementação da operação encontra-se em curso, estando prevista a constituição da sucursal até ao final de 2026, em conformidade com o calendário de execução aprovado.

Com base na informação disponível à data de aprovação do presente Relatório e Contas, não se prevê que esta reorganização tenha impacto material na gestão dos Fundos, na respetiva política ou objetivos de investimento, nem nos direitos dos participantes. Os participantes serão informados de quaisquer desenvolvimentos relevantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

2. Relatório de Auditoria

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador** (o “OIC”), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 14 933 879 euros e um total de capital do OIC de 14 620 065 euros, incluindo um resultado líquido de 177 176 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador**, em 30 de junho de 2026, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de

um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

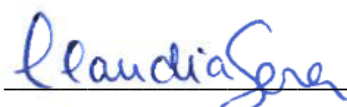
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de agosto de 2026



Cláudia Gomes Sena,
(ROC nº 1691, inscrito na CMVM sob o nº 20161301)
em representação de BDO & Associados - SROC

3. Balanço do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 2026-06-30

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO			
Código		2026-06-30			2025-12-31		Código		
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			
	Outros Activos							Capital do OIC	
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM						61	Unidades de Participação	14 199 050 14 234 597
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM						62	Variações Patrimoniais	1 345 466 1 333 616
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>						64	Resultados Transitados	(1 101 627) (1 448 701)
							65	Resultados Distribuídos	
	Carteira de Títulos						67	Dividendos antecipados das SIM	
21	Obrigações	14 198 584	74 880	(71 877)	14 201 587	13 982 837	66	Resultado Líquido do Período	177 176 347 074
22	Ações							<i>Total do Capital do OIC</i>	14 620 065 14 466 586
23	Outros Títulos de Capital							Provisões Acumuladas	
24	Unidades de Participação						481	Provisões para Encargos	
25	Direitos							<i>Total de Provisões Acumuladas</i>	
26	Outros Instrumentos da Dívida							Terceiros	
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	14 198 584	74 880	(71 877)	14 201 587	13 982 837	421	Resgates a Pagar aos Participantes	4 488
	Outros Activos						422	Rendimentos a Pagar aos Participantes	
31	Outros activos						423	Comissões a Pagar	4 042 4 246
	<i>Total de Outros Activos</i>						424+...+429	Outras contas de Credores	304 036 1 822
	Terceiros						43+12	Empréstimos Obtidos	
411+...+ 418	Contas de Devedores	350 078			350 078		44	Pessoal	
424	Estado e Outros Entes Públicos						46	Accionistas	
	<i>Total de Valores a Receber</i>	350 078			350 078			<i>Total de Valores a Pagar</i>	312 566 6 068
	Disponibilidades							Acréscimos e diferimentos	
11	Caixa						55	Acréscimos de Custos	829 713
12	Depósitos à Ordem	225 033			225 033	279 799	56	Receitas com Provento Diferido	418
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso						58	Outros Acréscimos e Diferimentos	
14	Certificados de Depósito						59	Contas transitórias passivas	
18	Outros Meios Monetários							<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	1 247 713
	<i>Total das Disponibilidades</i>	225 033			225 033	279 799		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	14 933 879 14 473 367
	Acréscimos e diferimentos								
51	Acréscimos de Proventos	154 667			154 667	210 731			
52	Despesas com Custo Diferido	2 514			2 514				
58	Outros acréscimos e diferimentos								
59	Contas transitórias activas								
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	157 181			157 181	210 731			
	TOTAL DO ACTIVO	14 930 875	74 880	(71 877)	14 933 879	14 473 367			
	Número total de Unidades de Participação em circulação				2 839 810	2 846 919		Valor Unitário da Unidade Participação	5,1482 5,0814

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2026-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2026-06-30	2025-12-31	Código		2026-06-30	2025-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

4. Demonstração dos Resultados do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: **2026-06-30**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2026-06-30	2025-06-30	Código		2026-06-30	2025-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	35 186	62 194	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	235 087	227 986
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	3 040	4 279
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 028	904		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	17 769	16 762	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	458 420	646 651	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	456 360	713 394
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	4 297	4 073	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	4	34
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	694 490	945 693
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	614	616		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	517 314	731 200		Proveitos e Ganhos Eventuais		
79	Outros Custos e Perdas das SIM						
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais						
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	177 176	214 493	66	Resultado Líquido do Período		
	TOTAL	694 490	945 693		TOTAL	694 490	945 693
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	232 000	293 825	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	181 473	218 566
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	177 176	214 493	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	177 176	214 493

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações SAM Carteiras Conservador referente ao período findo em 30 de junho de 2026

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2026	30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	1 649 419	1 699 225
Subscrições de unidades de participação	1 649 419	1 699 225
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(1 668 627)	(377 413)
Resgates de unidades de participação	(1 668 627)	(377 413)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(19 208)	1 321 812
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	8 449 916	5 694 699
Venda de títulos e outros ativos da carteira	7 023 916	5 021 968
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	1 135 000	431 450
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	291 000	241 281
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(8 465 984)	(7 392 069)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(8 429 705)	(7 328 792)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(35 186)	(62 194)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(1 093)	(1 083)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	(16 068)	(1 697 370)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas		
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	3 193	5 312
Juros de depósitos bancários	3 190	5 279
Outros recebimentos correntes	4	34
PAGAMENTOS:	(22 683)	(20 861)
Comissão de gestão	(15 130)	(13 945)
Comissão de depósito	(1 891)	(1 743)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(4 878)	(4 389)
Outros pagamentos correntes	(784)	(784)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(19 490)	(15 549)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:		(51)
Outros pagamentos de operações eventuais		(51)
Fluxo das Operações Eventuais		(51)
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(54 766)	(391 157)
Disponibilidades no Início do Período:	279 799	566 059
Disponibilidades no Fim do Período:	225 033	174 902

6. Divulgações às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2026

(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-2025	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
Valor base	14 234 597	1 615 220	(1 650 766)	-	-	-	14 199 050
Diferença p/Valor Base	1 333 616	34 199	(22 349)	-	-	-	1 345 466
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	(1 448 701)	-	-	-	347 074	-	(1 101 627)
Resultados do período	347 074	-	-	-	(347 074)	177 176	177 176
Total	14 466 586	1 649 419	(1 673 115)	-	-	177 176	14 620 065
Nº de Unidades participação	2 846 919	323 044	(330 153)	-	-	-	2 839 810
Valor Unidades participação	5,0815	5,1059	5,0677	-	-	-	5,1483

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	1
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	2
2% <= Ups < 5%	2
0.5% <= Ups < 2%	12
Ups < 0.5%	78
TOTAL	95

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

ANO	DATA	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação
2026	30/jun/26	14 620 065	5,1483	2 839 810
	31/mai/26	14 466 877	5,1245	2 823 074
	30/abr/26	14 451 345	5,0787	2 845 463
	31/mar/26	14 314 926	5,0415	2 839 397
	28/fev/26	14 865 874	5,1537	2 884 483
	31/jan/26	14 790 049	5,1191	2 889 206
2025	31/dez/25	14 466 586	5,0815	2 846 919
	30/set/25	13 735 616	5,0757	2 706 148
	30/jun/25	14 085 100	5,0320	2 799 108
	31/mar/25	13 546 250	4,9466	2 738 509
2024	31/dez/24	12 547 803	4,9572	2 531 206
	30/set/24	12 407 978	4,9273	2 518 227
	30/jun/24	12 270 636	4,7798	2 567 175
	31/mar/24	12 614 640	4,7895	2 633 801

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2026 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
BKO 1.7 06/10/27	198 974	-	(400)	198 574	196	198 770
DBR 2.6% 15/08/35	53 770	215	-	53 985	1 418	55 403
EUB 0% 07/08/26	198 241	1 305	-	199 546	-	199 546
ESMTB 0% 17/09/26	454 935	2 797	-	457 732	-	457 732
	905 919	4 317	(400)	909 836	1 614	911 450

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.03 - Obrigações diversas						
CXGD 3% 07/10/31	99 799	-	(1 391)	98 408	2 195	100 603
CXGD 3.625% 20/05/32	99 762	763	-	100 525	417	100 942
RTEFRA 3.5% 30/04/33	99 598	323	-	99 921	595	100 516
SNCF 3.125% 25/05/34	99 715	-	(2 556)	97 159	317	97 476
EDF 1,875 13/10/36	81 605	1 605	-	83 210	1 341	84 551
DBHNGR 1,375 03/3/34	86 690	476	-	87 166	452	87 618
ERSBK 4,25% 30/05/30	102 620	488	-	103 108	373	103 481
ANNGR 1,125 14/09/34	79 859	191	-	80 050	894	80 944
AMPRI0 3.162 15/1/31	100 000	-	(819)	99 181	1 447	100 628
KERFP 3.25% 27/02/29	100 803	-	(316)	100 487	1 104	101 591
EFFP 2.625% 10/01/30	99 439	-	(887)	98 552	1 237	99 789
SUFP 3% 02/03/32	98 472	273	-	98 745	995	99 740
CMARK 3.128 5/12/30	99 859	-	(466)	99 393	1 783	101 176
SOCGEN 3.5% 01/03/32	99 954	-	(614)	99 340	1 170	100 510
ORFP 2.875 01/12/32	99 361	-	(724)	98 637	1 339	99 976
CAFP 3.875% 04/06/34	99 010	743	-	99 753	287	100 040
RENAUL 4% 19/08/31	99 915	752	-	100 667	132	100 799
BACRED 3 01/15/31	99 497	-	(558)	98 939	1 373	100 312
UCGIM 2.875% 15/7/30	99 778	-	(700)	99 078	1 315	100 393
ICCRE 3.25% 30/01/31	99 955	-	(363)	99 592	1 353	100 945
VIEFP 1.625 09/21/32	89 933	-	(318)	89 615	1 260	90 875
DGFP 1.375% 21/02/31	91 801	-	(1)	91 800	490	92 290
ADPFP 1,125 18/06/34	82 263	148	-	82 411	40	82 451
ENGIF 1.25% 24/10/41	65 707	495	-	66 202	856	67 058
MCFP 0.125 11/02/28	95 197	785	-	95 982	48	96 030
CNFPF 0.375 08/03/28	81 000	14 447	-	95 447	118	95 565
BNP 2.88 05/06/30	99 851	-	(656)	99 195	442	99 637
FRPTT 0 18/07/29	97 623	-	(6 392)	91 231	-	91 231
BPCEGP 0.25 01/14/31	83 534	4 085	-	87 619	115	87 734
BPCEGP 3.875 1/11/29	101 559	177	-	101 736	1 815	103 551
ENGIFP 3.375 07/1/32	99 722	88	-	99 810	-	99 810
NWIDE 3% 03/03/30	99 826	-	(490)	99 336	986	100 322
NYKRE 3.5% 12/01/33	99 936	-	(1 021)	98 915	1 630	100 545
NDAFH 2.75% 02/05/30	99 568	-	(627)	98 941	452	99 393
IBESM 3.5% 16/05/35	99 651	-	(91)	99 560	441	100 001
MCD 3.5% 21/05/32	101 147	-	(944)	100 203	393	100 596
NTGYS 3.875 21/05/35	100 478	-	(446)	100 032	435	100 467
SIEGR 0 27/05/36	100 818	79	-	100 897	-	100 897
RDSALNO.875 08/11/39	68 029	634	-	68 663	563	69 226
UNANA 2 3/4 05/22/30	99 595	-	(523)	99 072	301	99 373
SRGIM 3.25% 01/07/32	99 244	-	(259)	98 985	3 250	102 235
ORAFP 2.75% 19/05/29	99 731	-	(593)	99 138	324	99 462
VOD 3.375% 03/07/33	99 628	-	(791)	98 837	3 357	102 194
ASML 0,625% 07/05/29	92 085	1 896	-	93 981	94	94 075
PEP 0.50% 06/05/28	95 369	406	-	95 775	77	95 852
TTEFP 1.618 18/05/40	74 220	635	-	74 855	195	75 050
FREGR 2.75% 15/09/29	15 928	-	(148)	15 780	348	16 128
MDT 4.2% 15/10/45	98 032	151	-	98 183	2 980	101 163

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
HEIA 3.505% 03/05/34	99 842	-	(275)	99 567	567	100 134
T 2.45 % 15/03/35	92 182	-	(1 927)	90 255	725	90 980
EUROGR2.886 16/10/29	99 530	-	(543)	98 987	2 040	101 027
ALVGR 3.25% 04/12/29	99 461	1 788	-	101 249	1 861	103 110
BNP 3.583% 15/01/31	100 000	623	-	100 623	1 639	102 262
MBGG 3.125% 05/09/31	154 262	-	(1 034)	153 228	3 968	157 196
SANFP 2.625% 23/6/29	98 867	330	-	99 197	58	99 255
ACAFP 3.25% 25/08/32	100 020	-	(1 356)	98 664	2 760	101 424
BFCM 3.125% 11/03/31	99 415	-	(506)	98 909	959	99 868
DB 3% 07/02/31	99 671	-	(603)	99 068	1 184	100 252
BNFP 3.785% 01/04/34	100 000	1 613	-	101 613	944	102 557
HOTGR 4% 15/04/34	38 731	395	-	39 126	329	39 455
MBGGR 3.6% 13/05/32	30 987	113	-	31 100	150	31 250
BKTSM 4.375 03/05/30	104 570	-	(1 417)	103 153	707	103 860
BMV 3.363% 10/11/33	99 142	67	-	99 209	-	99 209
MS 3.149% 07/11/31	98 881	-	(136)	98 745	2 036	100 781
IBESM 3.75% PERP	100 000	-	(1 425)	98 575	2 445	101 020
GOOGL 2.375% 6/11/28	99 711	-	(772)	98 939	1 542	100 481
KO 0.125% 15/03/29	91 840	1 150	-	92 990	37	93 027
FMEGR 3.25% 24/11/30	49 810	-	(33)	49 777	975	50 752
NOVNVX 0 23/09/28	88 421	5 548	-	93 969	-	93 969
ETEG 3.375% 27/11/32	99 749	-	(707)	99 042	1 997	101 039
MICCNL 3.25 26/11/31	99 545	-	(723)	98 822	1 932	100 754
INTNED 2.625 1/12/28	99 986	-	(760)	99 226	1 525	100 751
KUTXAB 3.5% 10/06/32	99 631	785	-	100 416	201	100 617
DT 2.625% 04/12/29	99 772	-	(979)	98 793	1 503	100 296
VW 3.75% 10/12/32	99 873	-	(1 086)	98 787	2 086	100 873
GS 3.984% 18/12/36	57 000	180	-	57 180	1 213	58 393
SANTAN 3% 12/01/30	99 967	-	(302)	99 665	1 397	101 062
CLNXSM 3.875 19/1/36	98 304	362	-	98 666	1 730	100 396
HEIGR 3.75% 15/07/36	49 407	-	(138)	49 269	858	50 126
SEB 3.375% 10/02/33	99 785	-	(582)	99 203	1 304	100 507
TOTAL 1.625 PERP	96 546	829	-	97 375	699	98 074
ALPHA 3.5% 10/02/33	99 803	-	(842)	98 961	1 352	100 313
VLVY 3.25% 11/02/33	97 775	913	-	98 688	1 247	99 935
SANUK 3.649% 16/2/34	100 000	-	(900)	99 100	1 350	100 450
TMUS 3.9% 19/02/38	98 533	605	-	99 138	1 410	100 548
GS 3.5094% 17/08/33	23 000	-	(155)	22 845	296	23 141
FERS 3.625% 18/09/32	99 788	110	-	99 898	1 043	100 941
ENEXIS 3% 25/02/32	99 735	-	(1 338)	98 397	1 036	99 433
AMZN 3.35% 16/03/32	99 845	263	-	100 108	982	101 090
TTEFP 3.79% PERP	99 966	-	(1 028)	98 938	374	99 312
ADNA 3.625% 12/03/34	99 884	685	-	100 569	1 102	101 671
VZ 1.125% 19/09/35	79 320	288	-	79 608	878	80 486
CCHLN 3.625% 1/10/30	99 670	1 485	-	101 155	904	102 059
AZN 0.375 03/06/29	92 443	580	-	93 023	29	93 052
TOYOTA 3.25% 23/4/30	61 872	155	-	62 027	381	62 408
ABIBB 3.95% 22/03/44	102 271	-	(6 319)	95 952	1 093	97 045
HERIM 3.5% 04/06/32	99 607	493	-	100 100	259	100 359

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
GOOGL 3.2% 11/05/30	99 900	582	-	100 482	447	100 929
HSBC 4.086% 12/05/35	100 000	1 570	-	101 570	560	102 130
OPBANK3.25% 15/05/31	-	-	-	-	418	418
SCMNVX 3.125 20/5/29	99 898	501	-	100 399	360	100 759
BMW 3.625% 19/05/32	94 884	531	-	95 415	406	95 821
EOANGR 4.053 27/5/36	50 000	1 105	-	51 105	194	51 299
ADSGR 3.5% 26/05/31	99 847	1 338	-	101 185	345	101 530
CCBGBB 3.25 14/11/31	99 211	-	(454)	98 757	2 039	100 796
DNBNO 3.25% 17/06/31	99 624	648	-	100 272	125	100 397
NWG 3.125 06/30/29	99 791	161	-	99 952	9	99 961
BBVASM 3.375 6/30/31	99 670	201	-	99 871	9	99 880
SSELN 2.875 01/08/29	100 290	-	(977)	99 313	2 631	101 944
ISPIM 5.25 13/01/30	106 930	-	(27)	106 903	2 431	109 334
SLHNVX 3.736% 6/5/33	100 000	1 096	-	101 096	573	101 669
ENELIM 4.5 02/20/43	101 846	488	-	102 334	1 615	103 949
CS 0,625 18/01/33	82 500	570	-	83 070	281	83 351
HERIM 4.25% 20/04/33	103 254	726	-	103 980	838	104 818
SANS 4.125% 05/05/28	99 496	2 611	-	102 107	644	102 751
BKNG 4.125% 12/05/33	99 430	3 288	-	102 718	565	103 283
ENIIM 4,25% 19/05/33	105 998	-	(2 110)	103 888	501	104 389
STATK 3.5% 09/06/33	101 300	-	(812)	100 488	211	100 699
CRHID 4.25% 11/07/35	103 535	-	(178)	103 357	4 134	107 491
FCCSER 5.25 30/10/29	108 070	-	(2 795)	105 275	3 510	108 785
ESBIRE 4% 03/10/28	103 477	-	(1 610)	101 867	2 970	104 837
PM 1.875% 06/11/37	80 200	656	-	80 856	1 217	82 073
BACR 4.506% 31/01/33	106 071	-	(1 862)	104 209	1 864	106 073
SANTAN 3.5 09/01/30	101 428	-	(521)	100 907	1 659	102 566
ENGSM 3.625 24/01/34	99 100	561	-	99 661	1 569	101 230
INTNE 3.875 12/08/29	99 707	1 767	-	101 474	3 429	104 903
KHC 3.5% 15/03/29	101 736	-	(877)	100 859	1 036	101 895
BFCM 4.125 26/05/35	99 354	2 307	-	101 661	384	102 045
EZJLN 3.75% 20/03/31	100 477	343	-	100 820	1 058	101 878
CFGRVX 1,5 26/3/30	94 729	-	(189)	94 540	399	94 939
BATS 4.125% 12/04/32	102 624	-	(287)	102 337	904	103 241
LLOYD 3.875 31/05/32	102 469	-	(365)	102 104	510	102 614
JYBC 4.125% 06/09/30	103 789	-	(1 499)	102 290	3 368	105 658
CTPNV 3.875 11/21/32	99 878	-	(136)	99 742	2 357	102 099
NESNVX3.125 28/10/36	99 233	-	(2 609)	96 624	2 106	98 730
VW 3.625% 19/05/29	101 815	-	(1 445)	100 370	427	100 797
NGGLN 3.724 11/25/34	100 337	-	(990)	99 347	2 224	101 571
EUROB 3.25% 12/03/30	100 481	-	(876)	99 605	988	100 593
EOANGR 4% 16/01/40	34 864	56	-	34 920	637	35 557
CCEP 1.125% 12/04/29	94 617	384	-	95 001	247	95 248
BMW 3.125% 22/07/29	34 894	74	-	34 968	1 031	35 999
TELEFO 3.724 23/1/3	100 000	-	(885)	99 115	1 622	100 737
JPM 3.588% 23/01/36	100 325	-	(1 393)	98 932	1 563	100 495
	13 292 664	70 564	(71 477)	13 291 751	152 648	13 444 399
TOTAL	14 198 584	74 881	(71 877)	14 201 587	154 261	14 355 849

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	279 799	10 102 528	10 157 294	225 033
TOTAL	279 799	10 102 528	10 157 294	225 033

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei nº 27/2023 de 28 de abril e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à exceção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema "Reuters".

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica "Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras", sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de "Acréscimos e diferimentos" e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica "Contas de devedores".

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2026 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	856 048	-	-	-	-	856 048
de 1 a 3 anos	1 872 946	-	-	-	-	1 872 946
de 3 a 5 anos	3 789 621	-	-	-	-	3 789 621
de 5 a 7 anos	4 002 390	-	-	-	-	4 002 390
mais de 7 anos	3 834 843	-	-	-	-	3 834 843

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2026:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	14 620 065	14 466 586
Carteira com derivados	14 620 065	14 466 586
	0,00%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2026 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	15 051	0,10%
Comissão de Depósito	1 881	0,01%
Taxa de Supervisão	1 109	0,01%
Custos de Auditoria	614	0,00%
Outros Custos Correntes	4 026	0,03%
TOTAL	22 681	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência